

**Os efeitos urbanos da chegada do Consórcio Construtor Belo Monte em Altamira-PA: Contribuições possíveis para uma antropologia dos Impactos Socioambientais.<sup>1</sup>**

Raoni Machado Giraldin UnB/ DF

Palavras-chave: Altamira; trabalho; hidrelétricas

Neste trabalho, trato de resultados de minha pesquisa de mestrado, na qual apresento os efeitos da ocupação da área urbana da Altamira pelas atividades de construção do Complexo Hidrelétrico Belo Monte (CCBM) no início de 2014. A chegada de um complexo industrial que ergue uma hidrelétrica, ainda mais considerando o porte de Belo Monte, expressa como um tipo específico de trabalho é agenciado e como que dezenas de milhares de trabalhadores estabelecem uma rotina entre o canteiro de obras, os alojamentos e a cidade próxima a eles. Durante o período de atividade da construção civil, a conjunção da presença dos trabalhadores, as flutuações econômicas produzidas pela chegada de dinheiro à região e o modo como acordos estabelecidos no âmbito do projeto, principalmente de infraestrutura urbana, são cumpridos ou não, compõem o que entendo aqui como os impactos urbanos da construção de uma hidrelétrica.

Enquanto que o alagamento do trecho dos rios, a morte de espécies animais e vegetais são impactos resultados da exploração de recursos naturais através de um grande empreendimento na Amazônia, levanto a questão de como que os efeitos urbanos podem ser pensados como reflexos de uma “exploração dos recursos humanos” no mesmo contexto. Entendo que um grande projeto hidrelétrico corresponde a uma atividade industrial de grande porte mas que, diferentemente de outros setores, como o metalúrgico, não representa um projeto de permanência a longo prazo, uma vez que a diferença entre o contingente de mão de obra empregado na construção de uma hidrelétrica é muito maior do que a quantidade de pessoas necessárias para operá-la.

Entendendo a construção civil pesada como uma “indústria de fazer indústria”, busquei compreender suas especificidades expressas na maneira pela qual as trajetórias profissionais dos trabalhadores eram construídas. Levantei como hipóteses

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

que aqueles que trabalhavam na época em Belo Monte vinham de outras obras de infraestrutura na região e também que poderiam ter experiência em outros empreendimentos hidrelétricos, como no caso das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no estado de Rondônia.

Minha pesquisa também esteve condicionada por uma questão fundamental que diz respeito à entrada em campo. Este foi um ponto central para minha percepção do modo como o CCBM revestiu-se de uma proteção institucional bastante espessa. O contato que estabeleci desde minha chega a Altamira me levou a uma série de percursos e entraves burocráticos que, apesar de pautados em respostas positivas, resultaram em uma resposta final negativa quanto a possibilidade de visita à área dos alojamentos. Meu diálogo com o CCBM revelou-se, para mim, uma forma deste contornar e conter minha aproximação ao local onde os trabalhadores estavam alojados, ao mesmo tempo em que mantinha uma imagem positiva em termos de relações públicas. Esta impossibilidade fez com que eu localizasse minha pesquisa na área de Altamira.

Acredito que discutir questões apresentadas em Altamira sirva para refletir sobre os efeitos colocados pela expansão da fronteira hidrelétrica sobre a Amazônia. Este avanço corresponde à retomada de projetos que são datados da década de 70, como o projeto RADAM (Radares da Amazônia) (BRASIL, 1974; PEREIRA e MENEZES, 2007), que identificou uma série de pontos de interesse nacional no estado do Pará e demais e que estiveram diretamente ligados a fundação de cidades com Altamira, surgidas de um esforço desenvolvimentista de ocupação da região. Pude perceber um relação entre Tucuruí, no rio Tocantins e Belo Monte (PINTO, 2012) e que aponta para um próximo destino: São Luís do Tapajós, no rio Tapajós a oeste de Altamira.

Ao me referir aos trabalhadores como “recursos humanos” não quero aqui, com a evocação deste tema, pensar neles como de alguma forma “despessoalizados”. Muito pelo contrário, meu trabalho de campo foi realizado no compartilhamento de visões sobre a realidade local, e dos espaços e tempos que eram disponíveis, uma vez aceitados os convites para a participação em minha pesquisa. Considerar trabalhadores a despeito dos contextos nos quais a vida social ocorre é um problema presente justamente dos setores de chefia do Consórcio Construtor Belo Monte, que, em muitos casos, não levavam em conta as condições de vida daqueles que para ele trabalharam, seja na administração dos alojamentos, seja na percepção dos impactos causados no

ambiente urbano e, por conseguinte, na vida de todos aqueles que o frequentam.

Falo de “recursos” como uma forma de conseguir fazer uma ligação conceitual e entender a construção civil pesada a partir do impacto gerado pela exploração dos recursos dos quais depende. Um caso emblemático na Amazônia é a cadeia produtiva do alumínio (MONTEIRO e MONTEIRO, 2009). Enquanto que os efeitos da exploração de recursos naturais impacta diretamente sobre espécies animais e vegetais e onde grupos sociais desenvolvem atividades de subsistência, que podemos chamar de “meio ambiente” a exploração dos “recursos humanos” afeta diretamente o “ambiente urbano”. Mais adiante também descreverei que “Recursos Humanos”, ou simplesmente RH, também era um local na cidade de Altamira importante para compreender a presença do projeto na cidade.

Neste contexto, o que pode ser definido como um “efeito urbano”? Quais seriam então os “impactos” neste contexto? Creio que estes sejam efeitos sobre a realidade local que servem para demonstrar um certo “descompasso” entre as dimensões de um empreendimento hidrelétrico do porte de Belo Monte e interesses articulados localmente. O projeto, apesar ser “demorado” ou estar “atrasado” nos cronogramas da política energética, imprime efeitos bastante acelerados quando pensamos na área na qual se insere. A cidade passa a ser um testemunho dos desarranjos provocados pela aplicação deste modelo de expansão econômica.

Um descompasso existe no nível da execução das obras de infraestrutura urbana, que foram definidas na Licença Prévia<sup>2</sup> de Belo Monte e que não foram executados de forma adequada, seja pelo nível de investimento em si ou pela não coordenação das atividades entre a prefeitura e o CCBM. Existe o efeito direto do crescimento urbano no trânsito, na construção de novos bairros e na expansão do perímetro urbano. O comércio também exprime modificações, com o rápido influxo de dinheiro, os preços sobem, aumentam muito os imóveis para alugar, o centro reorganiza-se e a dinâmica de empregos modifica-se.

Desta forma, desloco a questão da construção de hidrelétricas de um contexto associado com a definição de “populações tradicionais” (BARRETTO FILHO, 2006) e processos que as afligem populações reconhecidas como “atingidos por

---

2 Aspectos dos condicionantes podem ser consultados em:  
<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2011/arquivos/LP342-2010-Belo-Monte.pdf> (acesso em 19/06/2016).

barragens”(ROCHA, 2014), como povos indígenas na Amazônia (PAZ, 2006), para novos espaços e sujeitos, principalmente os trabalhadores da construção civil que, nas trajetórias pessoais, são impactados pelo modo como os projetos são conduzidos. Trato, inicialmente do modo como a cidade em si apresentou alterações conforme o ritmo das obras foi se intensificando e depois trago alguns elementos que caracterizam a presença dos trabalhadores neste ambiente, através do foco no uso de alguns espaços específicos.

### **Ocupação territorial e Altamira.**

Altamira é uma cidade que foi fundada em projetos políticos que visavam conciliar ocupação espacial com atividades econômicas que conseguissem aproveitar os recursos regionais, principalmente o solo para a atividade agrícola. Uma primeira iniciativa de utilização da região foi a construção da Transamazônica e os planos de aproveitamento rural em suas imediações (MORÁN, 1981). O traçado da rodovia não foi definido a esmo pois, já havendo sido realizado o mapeamento aéreo, trechos de interesse para projetos posteriores foram entrecortados pela rodovia. Os recursos hídricos dos rios Tocantins, Xingu e Tapajós foram definidos a partir de trechos de declive nos quais hidrelétricas poderiam ser construídas. Altamira, localizada no início de um trecho encachoeirado do Xingu, serviu como entreposto para escoamento da produção agrícola e ligação entre o transporte terrestre e aquaviário.

A Rodovia Transamazônica nunca foi asfaltada totalmente, o que torna o transporte de cargas bastante precário atualmente, principalmente durante os meses do período chuvoso. Eu realizei minhas pesquisa de campo justamente nessa época e pude acompanhar, desde meu trajeto de ônibus Belém-Altamira, o modo pelo qual as chuvas ditam o ritmo de muitas atividades na região e, por conseguinte, também nas atividades da obra do CCBM.

Até o início de 2014, quando as obras estavam já em fase avançada, vários alto-falantes anunciavam para a população de Altamira as vantagens que viriam em decorrência da conclusão das obras de saneamento. Estas caminhavam lentamente e causavam mais transtorno por causa das fortes chuvas que caíam no período. Posteriormente ao meu trabalho de campo, acompanhei em notícias de jornal, como que as obras de saneamento se mostravam um entrave, pois a prefeitura de Altamira e a Eletronorte, que assumia a responsabilidade pela execução das medidas compensatórias,

não conseguiam coordenar a construção do sistema de esgoto e a ligação com as residências<sup>3</sup>.

O esgoto é um dos pontos centrais na percepção da chegada do CCBM a Altamira. O crescimento populacional abrupto, sobre uma cidade que não dispunha de infraestrutura para tal fez com que o método de escoamento de dejetos até então utilizado se sobrecarregasse. Soma-se a isso a não existência de um aterro sanitário e de um sistema de coleta de lixo que dava conta de recolhê-lo de forma adequada. O cheiro da cidade e a grande presença de urubus eram duas reclamações que ouvi bastante da população local.

**Foto 1. Um trecho da Transamazônica próximo a Pacajá – PA. Foto: Raoni Giralдин**



Outra medida compensatória em execução quando estive em Altamira foi a construção de casas para a remoção de populações que vivem em trechos inundáveis do Xingu.. Em meados de março, o nível do rio havia subido bastante e deixado muitas

3 <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/03/08/mpf-pede-suspensao-de-licenca-de-belo-monte-por-falta-de-saneamento.htm> (acesso em 19/06/2016)

famílias sem moradia. O realojamento de muitas destas, que dependia da construção de novas casas ainda não estava concluído, o que fez com que muitas famílias precisassem utilizar abrigos temporários. A cheia do rio, que foi associada com as alterações provocadas pela construção de Belo Monte, junto com o atraso e a baixa qualidade das obras de construção de novas residências, fizeram de uma boa parcela da cidade, vítima direta dos descompassos do projeto de construção e das medidas de compensação.

**Foto 2. Obras de saneamento na Rua José Porfírio em março de 2014. Foto: Raoni Giralдин**



Os condicionantes da Licença Prévia, em se tratando de infraestrutura urbana, estão sujeitos a um atraso sistemático referente aos problemas do “fato consumado”. Uma vez concedida a licença e iniciada as obras, os atrasos na execução das melhorias urbanas estavam sujeitos a multas, mas a responsabilidade final continuava sendo da Eletronorte. Com o passar do tempo, a elevação de custos podia ser

novamente recalculada e compensada com novos empréstimos que encarecem cada vez mais a conta final da obra e a quantidade de dinheiro liberada por fundos como os do BNDES (atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A prefeitura, nesses casos, possui pouca capacidade de exercer pressão.

### **Os espaços e os trabalhadores.**

A presença de trabalhadores envolvidos nas obras do consórcio, que eram em sua maioria homens desacompanhados de suas famílias e que logo passaram a conviver com moradores e espaços de Altamira, trouxe questões próprias para o cenário do estudo do impacto de empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Estes eram conhecidos na cidade com “peões”, como uma referência àqueles com menor treinamento e qualificação formal. No âmbito temporal, entraram em vigência em Altamira os ritmos próprios do grande projeto: o crescente escalonamento das atividades com o passar dos meses, as visitas semanais de trabalhadores dos alojamentos na cidade, as chegadas e saídas da região e também o ritmo mensal do pagamento dos salários. Na dimensão espacial, determinados pontos da cidade passaram a ser associados com certos tipos de comportamento dos trabalhadores ,

Neste texto, saliento com que a chegada dos trabalhadores a Altamira engajou duas relações com a população local, traduzidas na noção de “incômodo” e “risco”. O incômodo foi por mim estudado na presença do RH do consórcio, local onde eram realizadas as contratações e demissões dos trabalhadores e que servia como uma espécie de entreposto para aqueles que chegavam e saíam da cidade. O risco estava associado com o comportamento dos trabalhadores de folga, principalmente durante o período do mês que coincidia com o pagamento dos salários.

Com o início das obras, o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), ao chegarem Altamira em 2011, instalou seu escritório de Recursos Humanos (RH) na rua Primeiro de janeiro, entre a Travessas Lindolfo Aranha e a Travessa Comandantes Castilho. O prédio que inicialmente funcionou como RH era uma construção de muros colados com as casas ao lado, localizada em uma área do centro da cidade ocupada por residências. Ele ficava um pouco após um posto de gasolina que está na esquina da Primeiro de Janeiro com a Lindolfo Aranha. Na sua imediações, na rua José Porfírio,

existe um hospital e, em frente, um colégio, ambos da administração municipal.

**Foto 3. Trabalhadores nas imediações do RH. Foto: Raoni Giralдин**



O RH funcionou nessa localidade por cerca de dois anos, sendo transferido em 2013. Durante a época em que estava na rua Primeiro de Janeiro, muitas reclamações eram feitas em relação à presença dos trabalhadores que estavam em processo de contratação ou demissão e que aguardavam no local. O posto de gasolina era o principal incomodado pela presença. O fluxo de trabalhadores no local somava-se aos frequentadores do hospital na José Porfírio, o que era potencializado devido ao fato de que ali se encontravam os pontos de ônibus tanto para linhas coletivas do município quanto para os ônibus que serviam de transporte exclusivo do consórcio. Na rua José Porfírio também concentravam-se algumas lanchonetes, bares e restaurantes.

A nova sede RH (Recursos Humanos) era uma área pertencente ao CCBM responsável pelo atendimento aos trabalhadores. A área compreendia uma série de



prédios que servem como refeitório, alojamento, centro de treinamento e consultórios. Ficava junto ao 51º Batalhão de Infantaria da Selva, ao lado de um bairro mais novo da cidade. Ali existia um grande movimento de trabalhadores, principalmente no começo da manhã, quando são anunciados os nomes de quem dará entrada a novos processos no dia, assim como quais pessoas da fila de espera poderão pleitear vagas naquele dia. O “novo” RH foi totalmente erguido a partir de um terreno desocupado e segue o padrão das construções presentes nos acampamentos: construções simples, feitas de aço em forma de pequenos galpões retangulares.

O RH é um espaço procurado por aqueles que foram encaminhados para o trabalho no CCBM, através de indicação direta ou pelas agências de trabalho, como o SINE (Sistema Nacional de Empregos). Outros frequentadores são pessoas que buscam informação sobre vagas de trabalho remanescentes. Os candidatos que recorrem por conta própria aos portões das empresas e do consórcio muitas das vezes não possuem emprego prévio na indústria pesada, são moradores de Altamira que buscam melhores salários e adquirir experiência na área industrial, ausente na região. Podem ser pessoas de fora da cidade que fazem esforços financeiros para custear algumas semanas ou até meses de hospedagem em Altamira, na esperança de conseguir um emprego nas obras da grande hidrelétrica. As notícias veiculadas por rádio, televisão e internet são formas de tomar conhecimento dos empregos da região entre aqueles que estão trabalhando pela primeira vez na área.

O processo para “fichar”, preencher os documentos de contratação, é longo e depende da realização de uma série de exames médicos e de etapas de treinamento institucional realizados no próprio RH. Durante essa etapa, é comum ver trabalhadores circulando pela cidade com pastas e papéis, frequentando *lan houses*, clínicas e laboratórios. Durante a demissão, algumas destas etapas precisam ser repetidas. Tornar-se trabalhador é um processo que requer a efetivação do conjunto de documentos que, além de o identificar de modo preciso, evitando possíveis fraudes, atesta suas experiências anteriores. A relação entre pessoa e documento, durante o período em que se está “fichando” é também um ato performativo, no qual o documento (considerando tanto a ficha montada na contratação, como o crachá que garante acesso aos canteiros de obra) estabelece uma relação de “contiguidade e/ou extensão” (PEIRANO, 2002: 46).

Quando um trabalhador conseguia dar entrada na contratação ele poderia,

caso não possuísse residência na cidade, buscar uma vaga nos alojamentos temporários dentro do RH. Uma vez contratados, estes poderiam seguir para os alojamentos nos canteiros de obra. Haviam também aqueles que optavam por morar na cidade, mas, para isso, era necessário acionar um conjunto de documentos que comprovassem que pudessem comprovar a residência, como quando consegue-se um contrato de aluguel ou quando um trabalhador já possuía um parente na cidade.

Optar pela moradia na cidade ou no alojamento era uma escolha que podia movimentar todo um projeto pessoal de inserção local, é uma maneira de ver como muitos dos trabalhadores exercem suas capacidades de influência no contexto, escolhendo como vão movimentar-se por Altamira, como vão utilizar a cidade e com quais pessoas vão se relacionar. Escolher morar nos alojamentos, por exemplo, significa conviver com muitas pessoas com as quais não pode ser dar muito bem. Um trabalhador pode acabar optando sair dos alojamentos porque não se sente confortável com a situação promovida pelo consórcio, como a vigilância da Força Nacional (presente na época da etnografia) e com a comida oferecida ali.

Optar por sair dos alojamentos podia significar escolher com quem vai morar, ter mais liberdade para poder circular pela cidade, mas esta também era muitas vezes vista como perigosa, por não contar com a vigilância presente nos alojamentos. Morar na cidade, dependia do agenciamento de documentos para conseguir ter uma fixação e significava não ter direito ao acesso às “baixadas”, que são as folgas para visitar a família em outras cidades, mas podia resultar no acréscimo salarial sobre as horas que são gastas no deslocamento: a “hora itinerário”. A distância de Altamira para o canteiro de obras de Pimental e Canais era de aproximadamente 30 km e de Altamira até o canteiro de Belo Monte aproximadamente 50 km.

A busca por empregos em Altamira envolvia a construção de uma trajetória pessoal que envolve sacrifícios por parte daquele que pretende trabalhar em Belo Monte. Quando comparo o preço geral dos alugueis da cidade, inchados pela chegada do projeto de construção, com o dinheiro empenhado para ficar na cidade algumas semanas ou meses, que pode ser o tempo necessário para se conseguir encontrar uma caga no RH e começar o trabalho, vejo que chegar em Altamira atrás de emprego sem nenhuma indicação prévia era uma aposta muito grande. Além disso, em muitos casos os primeiros seis meses de trabalho eram ocorriam em regime de “treinamento”, durante

os quais o trabalhador recebia menos e não teria direito às “baixadas”, viagens pagas pela companhia a cada três meses.

Um motorista do consórcio me contou como muitas pessoas que, mesmo chegando no município com conhecimento de carpintaria, ou como pedreiros experientes, deveriam entrar na empresa como ajudante. Muitas vezes acontecia dos seis meses de treinamento passarem e o processo não seguir em frente. Assim, entre ganhar 1.800 reais no CCBM ou 1.500 reais perto da família, como me disse, muitos voltavam para casa. Além disso, durante os seis meses de treinamento, nenhum trabalhador tem direito à “baixada”. Nesses momentos críticos muitos trabalhadores se mostravam descontentes pela falta de salário e demasiado tempo longe da família. As ocorrências de atos violentos ou confrontos entre trabalhadores e moradores de Altamira também estão associados a esse estado. Pude acompanhar algo semelhante enquanto observava a negociação do pagamento de trabalhadores demitidos de uma empresa terceirizada da área de terraplanagem. No caso, era o último dia útil antes do feriado de carnaval e a preferência do pagamento estava sendo dada para os funcionários diretos do consórcio. Muitos dos trabalhadores descontentes nem se importavam tanto com o total do dinheiro (um deles disse que “qualquer mil reais tá bom”), mas queriam condições de viajar para casa durante o feriado. Alguns ameaçaram um “quebra-quebra”.

Outra situação que passou a ser bastante associada com violência praticada pelos trabalhadores de Belo Monte era quando os pagamentos mensais eram realizados. No início do mês, quando ocorriam, geralmente o consumo de álcool era mais intenso e nele também costumavam ocorrer mais brigas, muitas destas terminadas em morte. Os locais onde destas situações mais ocorriam eram pontos ao longo da orla do Xingu, na região próxima ao centro de Altamira, seguindo as vias principais que formam o trajeto por onde circulavam os ônibus que iam até os canteiros de obra.

A violência praticada pelos trabalhadores durante a semana de pagamento era mais atribuída aos residentes dos alojamentos. A administração do dinheiro dos pagamentos, realizada de maneira inadequada, cria situações de risco atreladas a cenários de consumo específico. A violência era evocada pelos moradores da cidade para se referir ao modo como os trabalhadores da hidrelétrica administram o que eles “têm”, resumida em uma frase bem difundida em Altamira que dizia que “os peões não tinham nada a perder”. A capacidade desses trabalhadores se envolverem no comércio

praticado a preços abusivos e com a intensidade que tem durante a primeira semana do trabalho marcaria uma incapacidade de lidar com o dinheiro a longo prazo. O consumo excessivo de álcool e as brigas que acompanhavam o uso do dinheiro eram vistos como um descaso pelas próprias vidas, passíveis de serem perdidas por muito pouco.

Afirmar que “eles não tinham nada a perder” era reforçar uma visão sobre a relação entre os trabalhadores e o comércio local, na qual estes estariam “jogando dinheiro fora”. Pouco esforço é feito para se pensar nos motivos que podem estar por trás, por exemplo, dos tumultos que se originam nas disputas durante as folgas. Um motivo que acredito deva ser levado em consideração é a própria rotina de trabalho e a vida dentro dos alojamentos. Quando penso nas reclamações feitas sobre as demoras nos processos de contratação e do término do período de treinamento e nos atrasos relacionados aos pagamentos durante as demissões não consigo deixar de pensar na angústia compartilhada por vários trabalhadores na forma como diversas situações eram descritas como aprisionamentos.

### **Considerações Finais.**

Meu esforço neste texto foi trazer questões sobre efeitos específicos que incidiram sobre Altamira durante a época em que ocorriam as obras de Belo Monte. Acredito que seja importante pensar em todos os desdobramentos possíveis em termos de impactos socioeconômicos de um empreendimento deste tipo e, por isso, trouxe resultados de minha pesquisa de mestrado, que me levaram justamente a perceber o modo como um centro urbano está significativamente propenso a apresentar diversos problemas oriundos das obras. Dividi estes problemas em duas ordens. A primeira compreendeu o não cumprimento de medidas condicionantes por parte da Eletronorte em Altamira. A segunda corresponde aos conflitos entre a população local e os “peões” de Belo Monte.

Minha pesquisa não procurou traçar um perfil exato daqueles que trabalham na construção de hidrelétricas, daqueles que moram em Altamira ou do modo como um consórcio exerce suas atividades locais. Meu interesse foi de explorar os entraves, seja dos descompassos entre a administração pública em Altamira e a Eletronorte, seja entre trabalhadores, moradores e CCBM. Um projeto hidrelétrico como Belo Monte parece colocar diversas armadilhas para aqueles que nele procuram emprego. A grande oferta

de trabalho e os altos salários colocaram o comércio local e os trabalhadores desempregados em um regime de altas expectativas, nem sempre cumpridas. Apesar disso, a cidade cresceu e ao final das obras estará maior do que estava antes da chegada das pessoas, máquinas e matérias-primas. Como tudo isso ocorreu e está ocorrendo é uma questão da qual deve se ocupar as Ciências Sociais, uma vez que mais cidades da Amazônia estão sujeitas a receberem novos empreendimentos hidrelétricos.

### **Referências Bibliográficas.**

BARRETTO FILHO, H. T. 2006. Populações tradicionais: Introdução crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*. São Paulo: Anablume. pp. 109-143.

BRASIL, DNPM. 1974. *Projeto Radam: levantamento de recursos naturais volume 4*. Belém. 521 p.

MONTEIRO, M. A.; MONTEIRO, Eder F. 2009. Amazônia: Os (des) caminhos da cadeia produtiva do alumínio. In: ALMEIDA, R (org.). *Alumínio na Amazônia: Saúde do Trabalhador, Meio Ambiente e Movimento Social*. São Luis: Fórum Carajás. 154 p.

MORAN, E. F. 1981. *Developing the Amazon*. Bloomington: Indiana University Press. 292 p.

PAZ, L. R. L. 2006. *Hidrelétricas e Terras Indígenas na Amazônia: Desenvolvimento Sustentável?*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 232 p.

PEIRANO, M. 2002. This horrible time of papers. Documents and national values. *Série Antropologia*, 312. Brasília: UnB. 62 p.

PEREIRA, I. C. N.; MENEZES, P. M. L. de. 2007. O radar como instrumento de geração da informação espacial para a gestão do território na Amazônia: uma análise do

Projeto Radam. *Anais XIII Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*. pp. 6913–6920.

PINTO, L. F. 2012. De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 777–782, 2012.

ROCHA, H. J. 2014. O controle do espaço-tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 1, pp. 259–280.